

# Capítulo 1



## A filosofia educacional de Paulo Freire: uma análise a partir das contribuições das obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*

Amanda Martins dos Santos<sup>a</sup>

Áthila Henrique Cipriano Costa<sup>a</sup>

Yanca Góes dos Santos Soares<sup>a</sup>

Edilene Araújo dos Santos<sup>b</sup>

### Introdução

Educar exige muita paciência, calma e trabalho. Não é fácil. Os professores experientes precisam ser capazes de ouvir, mas também de permanecer em silêncio durante o processo de ensino, para que possam se concentrar sem distrações. No que diz respeito ao desejo de aprender, as pessoas precisam substituir o medo de decepcionar ou ferir os outros, pela garantia de que estão certas, colocando à prova os seus limites e suas responsabilidades.

Paulo Freire, escreveu *Pedagogia do Oprimido* na década de 1960. Desde então, as pessoas viram mudanças significativas na sociedade, refletidas na educação, bem como na política educacional e nas práticas escolares. Não há muita diferença entre agora e antigamente, então, quando se trata de cuidados de saúde, seus sintomas são os mesmos. As pessoas que sentem fome no estômago têm o mesmo problema que têm agora, e o desemprego ainda é uma barreira para a inclusão na sociedade.

<sup>a</sup> Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Saúde Animal (PPGCSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Patos, Paraíba. <sup>b</sup> Docente no Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba.

#### Como citar:

SANTOS, Amanda Martins et al. A filosofia educacional de Paulo Freire: uma análise a partir das contribuições das obras *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*. In: ALMEIDA, Elzenir Pereira de Oliveira; Sousa, Milena Nunes Alves; BEZERRA, André Luiz Dantas (Orgs.). *Preparação Pedagógica: concepções para a prática educativa no Ensino Superior*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 17-32. ISBN: 978-65-999183-1-5. Doi: 10.58203/Licuri.83151

Com isso, o método de Freire ultrapassa gerações em que mesmo com algumas reformas contemporâneas, sobrevive e mantém um padrão educacional estável, servindo de referência para educadores de diferentes ciclos sociais e níveis educacionais.

Os escritos de Paulo Freire, colaboram para que muitos profissionais da educação possam ressignificar suas práticas didático-pedagógicas, através do seu método de ensino. Muitas de suas contribuições para essa causa, incluíram a melhoria das relações entre estudantes, professores e suas escolas. Além disso, muitos de seus trabalhos se concentraram em melhorar a qualidade da educação por meio de outras estratégias educacionais referenciadas nestas obras.

Uma questão que merece atenção especial é o conflito entre os espaços de educação formal e informal. A pedagogia da autonomia do oprimido apresenta muitas vantagens, inclusive reformulando a geografia da prática educativa, colocando a escola em um dos espaços educativos possíveis. Décadas depois, essa mudança foi importante no sentido de aprimorar um ambiente educacional diversificado, enquanto o papel clássico da escola como instituição que moldava a modernidade, começava a ser repensado mesmo a passos lentos, onde este modelo educacional descreve métodos e formas pedagógicas mediadoras para o repasse mais qualitativo do conhecimento junto aos estudantes.

O tema apontado pela pedagogia da autonomia do oprimido decorre os debates sociais, educacionais e apesar das críticas da direita, continua relevante quatro anos após a primeira edição deste livro. Vale lembrar que nesse período, o Brasil viveu anos de restrições em relação à leitura de Paulo Freire, porém, seu legado político de mobilização e conscientização ainda existe por meio de círculos fechados e ocultos de leitura (SBIZERA; DENDASCK, 2018).

A obra do autor é um resultado interdisciplinar, decorrente de uma combinação de teoria e prática. A visão humanista e internacionalista é a base de Freire. Ele foi preso após o golpe militar em 1964, e até 1969, viveu exilado no Chile, governado pelo democrata-cristão Eduardo Frei. Foi lá que Paulo Freire estabeleceu suas ideias sobre educação política e alfabetização, dando origem, inclusive, ao livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado na década de 1970 (PRADO; SCHMIDT, 2016).

No contexto do conhecimento

pedagógico em crise, substituindo questões agora relevantes na década de 1960, como homem de seu tempo, Freire traduziu de forma clara e singular, nos últimos anos,

as pesquisas científicas em educação e vêm apontando que a expansão e diversidade de fontes legítimas de conhecimento e "[...] o conhecimento é educação da informação".

A pedagogia do oprimido: uma pedagogia que deve ser forjada na luta incansável pela restauração da humanidade, com ele, não para ele, como homem ou nação. Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas, objeto de reflexão dos oprimidos, o que levará à sua necessária participação na luta por sua emancipação, na qual, ela será promulgada e reformulada (FREIRE, 2004 p. 32).

Em uma altura em que o trabalho dos professores em todos os níveis está a ser revisto e desvalorizado, a pedagogia autônoma, mostra o que constitui a prática de compreensão do professor como dimensão social da formação humana, além de reduzir a aparência de uma pedagogia rigorosa e a natureza política de suas ideias, pois Freire adverte que é necessária uma postura vigilante contra todas as práticas desumanizantes (GIROUX, 2002).

Por essa razão, este artigo busca sobressair a importância e a afinidade dos livros "Pedagogia da Autonomia" e "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire, direcionados as práticas educacionais na escola regular, perante a existência da experiência docente dos autores de obras literárias paralelas ao respectivo tema e do trabalho em questão.

## A autonomia do oprimido e sua pedagogia

Essa diversidade se reflete na compreensão dos oprimidos. O oprimido é aquele que foi expulso de um estado de "mais", isto é, cumprindo uma missão capaz de proclamar seu mundo como sujeito. É uma existência histórica com subjetividade complexa, cuja profundidade requer uma espécie de "arqueologia da consciência" para ser compreendida. Ainda que seja portador da esperança de um futuro distinto, não está imune ou acima das incoerências e divergências do meio social que reside (ANDREOLA, 2004).

De acordo com a ideia de Andreola (2004), desde que haja um pressuposto crítico sobre essas contradições, a emancipação torna-se possível, não só na teoria, mas também na prática, e na prática, integrando ação e reflexão em dois movimentos integrantes, em estado de tensão permanente. Por essa razão Freire define o "fatalismo libertador" na prática e na teoria que começam com uma leitura a-histórica da realidade.

Os oprimidos são encarnados como sujeitos que lutam pela liberdade. Paulo Freire argumenta que o sujeito histórico não é uma essência fixada em determinada classe ou grupo social, mas uma história que emerge das condições de possibilidade existentes no oprimido. O sujeito deste ato libertador é portador das virtudes da autonomia humana, do diálogo, da humildade, da esperança e da fé. O sujeito se forma como 'existência para o outro' e emerge como 'existência para si', essa libertação também sempre significou um processo de reforma das estruturas de opressão (FREIRE, 1981, p. 70).

A pedagogia do oprimido é um conjunto de práticas educativas no processo de mudança da estrutura do opressor. Para Freire (1981, p. 59), a revolução teve “[...] uma característica pedagógica distinta”. A novidade da pedagogia de Freire é justamente contemplar a pedagogia do e com o outro, onde o outro está à margem, enquanto alguém de outro lugar pode ousar pensar um mundo diferente do existente. O livro *Pedagogia do Oprimido* é dedicado “[...] aos esfarrapados do mundo, e aqueles que neles se encontram, e assim se encontram, sofrem com eles, mas sobretudo, combatem-nos [...]” (FREIRE, 1981, p. 17).

Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire reiterou sua visão como “[...] a maldição da terra, a visão dos excluídos [...]” (1996, p. 16). O autor adapta essa concepção atual com uma naturalidade impressionante. De fato, pode-se discutir que essa nova nomenclatura é assumida como parte da posição epistemológica implementada na *Pedagogia da Esperança* (1992), indicando a necessidade de um progresso pós-moderno quando a metáfora do enredo é centralmente importante (STRECK, 2001).

Isso significa que a sociedade em movimento precisa de outra leitura, de um novo conceito. Paradoxalmente, a ideia de exclusão está intimamente associada ao neoliberalismo, e sua indignação é particularmente direcionada a espaços de ação que não permitem homens e mulheres como sujeitos históricos.

Contrariamente ao que aconteceu em *Pedagogia do Oprimido*, o último livro não trata de definições. Pode-se especular, por um lado, que isso se deva ao fato de Freire valorizar a continuidade básica de sua obra, que se dá antes de tudo por uma postura moral a favor do “esfarrapado” (1970) ou condenado (1996).

Por outro lado, diante da realidade de que está em jogo a existência humana, a nomenclatura parece ter um caráter secundário, independentemente do nome que lhes é dado “de fora” a partir de esquemas teóricos. A introdução do termo “tornar-se humano” em escritos recentes parece sugerir um retorno ao próprio básico do ser humano, que tem a ver com sua dignidade e liberdade (GENTILI, 1996).

Martins (2002, p. 14), partindo do mesmo pressuposto de que não se está à frente de um novo dualismo, enfatiza em sua pesquisa que as sociedades de exclusão são iguais, inclusive na geração de desumanidade. Tal situação, gera uma integração e participação no sentido do corpo e da sociedade. Nas suas palavras sarcásticas, “[...] a novidade da chamada exclusão social é a sua idade antiga e nova [...]”.

No entanto, segundo Martins (2002), definir a exclusão social hoje para identificar as desigualdades sociais, também revelará um dos novos aspectos da sociedade de classes, a saber, que a classe trabalhadora não ocupa mais o centro explicativo das lutas sociais.

## **A relação entre a obra de freire pedagogia da autonomia em seu contexto de educar**

A prática educativa dos professores deve ser refletida constantemente, para que teoria e prática, conhecimento e realidade estejam mais integrados. Nesse sentido, Freire (2010) afirma que a relação entre teoria e prática se torna uma exigência e ambas precisam sair da formação docente para que continuem ao longo de suas carreiras em educar.

Entrando na vida escolar, o professor começa a perceber o quanto é tão óbvio essa relação, e confronta os princípios de Freire em muitas de suas obras, alguns dos quais são propostas pela própria escola, para melhorar o ensino dos professores. É nesse sentido que na experiência de muitos professores alfabetizadores da educação básica, a equipe gestora e pedagógica apresenta aos docentes o livro *Pedagogia da Autonomia* como um dos elementos norteadores da prática educativa.

A educação escolar deve conduzir o desenvolvimento harmonioso do mundo com os valores sociais, despertando e motivando os alunos para a verdade, a justiça, o respeito e a unidade. Esse ideal da instituição está alinhado

com a filosofia de formação e educação de Paulo Freire, que acredita que a verdadeira educação é o caminho necessário para a justiça e a paz. Assim, Freire descreve que as escolas devem ser orientadas por um modelo de 'pedagogia baseada na ética, no respeito à dignidade e na autonomia dos alunos' (FREIRE, 2010, p. 16).

Pode-se perceber que como participantes da educação, professores e estudantes precisam de pesquisas, desafios, novidades e estímulos. No momento em que os estudantes fazem apresentações orais sobre suas próprias pesquisas, as crianças respeitam as palavras umas das outras e demonstram curiosidade sobre seus temas de pesquisa, mesmo que não a expressem muito bem, mas aos poucos vão ganhando autonomia.

Na troca de saberes entre professores e alunos, eles constroem e reconstróem seus conhecimentos e desenvolvem sua autonomia. Assim, em situações de “aprendizagem genuína”, “os alunos estão se tornando os verdadeiros agentes da construção e reconstrução do conhecimento ensinado, juntamente com os educadores do processo” (FREIRE, 2010, p. 26).

Nas palavras de Freire (2010), os professores devem exercer práticas de ensino que permitam aos estudantes aprender de forma independente, sem pressão. Em diferentes realidades educacionais, a prática docente deve despertar o interesse dos estudantes, especialmente, através da pesquisa, por meio da troca de saberes. Ao ensinar e aprender com auxílio de atividades interativas, o conteúdo interatua com as metas estabelecidas para superar as ocasiões de dificuldade.

Freire (2010, p. 30) enfatizou a necessidade de “[...] criar uma proximidade entre os conhecimentos curriculares básicos dos alunos e a vivência social que eles têm como indivíduos [...]”. Para tornar isso mais fácil, é importante que os professores envolvam os estudantes na aula, por exemplo, introduzindo um tema com uma conversa informal que os conscientize de sua importância e correlacione com sua realidade.

Com essa atitude, os estudantes passam a ouvir mais seus professores, o que conduz a um diálogo mais próximo entre professores, estudantes e uma melhor compreensão deles, inclusive de alguns casos familiares ou problemas com a própria escola. Destarte, os estudantes se sentem acolhidos em sua experiência e a escuta sempre os aproxima, de modo que, à medida que aprendem enquanto ensinam, adaptam-se aos aspectos

intelectuais e culturais gerais. Assim, “[...] ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural [...]” (FREIRE, 2010, p. 41).

A conduta do educador 'progressista' deve servir de espelho para os alunos. Nesse sentido, os professores devem se esforçar para manter uma atitude coerente com o ensino e suas linhas. Se eu também mostrar interesse em ler e escrever como professor, os alunos vão gostar de ler e escrever, interagindo assim com as crianças em uma postura honesta e coerente em que se torna mais difícil quando o comportamento dos professores é inconsistente com suas próprias afirmações (FREIRE, 2010, p. 34).

Assim, Freire (2010, p. 41) declara que, na prática educativa, “pensar certo é fazer certo”, ou seja, o professor não consegue obter algo do estudante do qual está afastado porque o estudante também mantém uma distância de si mesmo.

Os professores não podem discriminar os estudantes que não aprenderam ou não podem aprender. Nessa perspectiva, Freire afirma claramente que a educação nunca pode ser discriminatória de forma alguma, e os professores devem correr riscos, inovar e oferecer o melhor para os estudantes, pois “[...] o papel de professores e professoras é ajudar os estudantes a descobrir, demonstrando que há momentos de alegria e prazer em tempos difíceis [...]” (FREIRE, 2003, p. 52).

Quando o estudante encontra dificuldades na aprendizagem, apoio e até a famosa “reabilitação”, os professores mostram, com base em sua experiência educacional, que apesar dos obstáculos se deve lutar com esforço e determinação para alcançar os resultados, tentando sempre elevar a autoestima desses estudantes e, assim, por diferentes razões e em diferentes contextos, em que o conteúdo deixado para trás continua a existir (GIROUX, 2002).

Freire (2010), relata a necessidade de os professores terem discernimento ao implementar práticas pedagógicas para obter com mais facilidade a autonomia dos estudantes. Segundo ele, o educador deve procurar fazer algo diferente quando percebe que os estudantes estão com dificuldade ou que o seu método não está funcionando, porque o uso de atividades lúdicas é sempre diversão para os estudantes, fazendo com que se fixe melhor os conteúdos e eleve-se os níveis de aprendizado.

O autor citado ainda defende que o ensino de conteúdos não pode se limitar à disseminação do conhecimento, o que é muito relevante para a formação de todos que perceberão que a aprendizagem é um elemento integrante do ambiente escolar, assim como o conhecimento não pode ser separado. Tem que funcionar como algo feito, sim, que pode ser revisto, recriado, repensado. Se deve respeitar a natureza da aprendizagem de cada estudante para que ganhe autonomia diante de suas próprias necessidades e limitações no sentido de que ocorra uma aprendizagem significativa. O professor precisa saber ouvir, identificar e observar o que cada estudante está apresentando, para articular os conhecimentos necessários ao processo de ensino.

Freire (2010), descreve que nenhum educador deve cruzar os braços mesmo diante da impossibilidade de mudar sua realidade. Por isso é tão importante que os professores saibam usar métodos e recursos para que os estudantes aprendam mais e tenham a autonomia necessária, além de mudar suas vidas com alegria, entusiasmo e esperança.

O docente tem que sair do comodismo e instigar a mudança de cenário e deixar claro que, sobretudo, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os estudantes devem ter autonomia para desenvolver suas habilidades de leitura, escrita e cálculos matemáticos, que são a espinha dorsal para a inserção nos demais cursos que virão nos anos escolares futuramente.

Quando um professor tem generosidade, competência e segurança em seu trabalho e prática, enfrenta dificuldades em benefício de seus estudantes. Em um ambiente escolar, os professores não podem ficar estáticos, devem procurar sempre se atualizar, pesquisar, refletir sobre seu próprio comportamento para fazer tudo o que fazem, que no final das contas é descrito como não só apenas o simples repasse de conhecimento através de conteúdos didáticos, e sim, fixação de conceitos e deveres para o bom comportamento humano e social, fazendo com que o estudante de hoje seja um excelente profissional amanhã.

Freire (2014, p. 9), descreveu que “[...] o verdadeiro compromisso é a solidariedade [...]”, e ouvir os estudantes em ambiente escolar tornou-se muito importante, pois as conversas fora da escola muitas vezes raramente são corroboradas. A partir daí, Freire (2010, p. 113) ainda define “[...] o educador ouvinte, que aprende as difíceis lições de mudar sua fala, que às vezes é necessária para o aluno, em sua fala.”

Por fim, o conteúdo apresentado várias vezes precisa ser ajustado ou transformado com base no que é observado. “[...] Como prática estritamente humana, jamais poderia

entender a educação como uma experiência fria e sem alma em que sentimentos e emoções, desejos, sonhos deveriam ser tratados por uma ditadura reacionária reprimida pela dominação” (FREIRE, 2010, p. 145). Portanto,

[...] a prática da vela aumenta a necessidade de conhecimentos básicos como dominar o barco, as partes que o compõem e a função de cada parte do conhecimento do vento, força do vento, direção do vento, vela, posição da vela, o papel do motor, a combinação do motor e da vela. Na prática da vela, esse conhecimento é confirmado, modificado ou ampliado (FREIRE, 2010, p. 22).

Nesse sentido, Freire (2011, p. 47), destaca que “[...] o conteúdo programático da educação não é doação ou imposição, mas uma revolução organizada [...] em prol dos estudantes e o melhor futuro para a sociedade como um todo, sem ele, a sociedade não mudará.

## **A democratização da escola e do ensino segundo freire**

A democratização da gestão visa envolver a todos no cotidiano da escola, razão pela qual Freire afirma que “[...] a democratização da escola não pode ser decretada em seu gabinete pelas ações voluntárias da secretaria [...]” (FREIRE, 2001b, p. 48). Não há hierarquia de saberes, ou seja, todo saber tem valor, nenhum saber científico é superestimado em detrimento do saber popular, nenhuma cultura deve ser superestimada em detrimento de outra.

No conceito epistemológico de Freire, a prática educativa começa com o conhecimento adquirido através da experiência, com o conhecimento trazido pelos estudantes e com o conhecimento popular, vinculando-o ao conhecimento científico para que a compreensão do conhecimento seja acessível aos mesmos de forma significativa e relevante (PRADO, 2016). O pensamento de Freire (2001), denota que o diálogo entre educadores e estudantes se torna uma condição imperativa, pois sem diálogo é impossível construir o conhecimento e libertar a educação.

Esta investigação implica necessariamente uma metodologia que não pode ser contrariada pela natureza dialógica da educação emancipatória. Então também é conversacional. A consciência proporciona, assim, tanto a compreensão do sujeito do devir quanto a consciência dos indivíduos que o cercam (FREIRE, 2003, p. 87).

A partir de levantamentos de temas importantes, os professores constroem programas para trabalhar conteúdos que questionam a realidade. Nesse sentido, a problematização constitui uma ação que conscientiza, muda a realidade e busca a superação de situações opressivas, uma vez que, o saber é um meio de mudar o mundo.

Não há ensino sem aprendizagem e vice-versa, pois, historicamente, foi a aprendizagem social que conscientizou mulheres e homens de que era possível e necessário estudar as formas, caminhos e métodos de ensinar. O processo de aprendizagem é anterior ao do ensino.

[...] o ensino é diluído em uma experiência de aprendizagem verdadeiramente fundamental. Não tenho medo de dizer que não há eficácia no ensino, que não resulte na incapacidade do educando de recriar ou refazer o que é ensinado, em que o que não é aprendido não pode realmente ser aprendido pelo educando que são os próprios alunos (FREIRE, 2001a, p. 26).

A construção do conhecimento se dá em relação aos outros e é mediada por objetos de conhecimento. Todo conhecimento é construído no contexto da dialética e do diálogo, considerando a tríade A e B mediada pelo mundo, ou, na prática educativa, a tríade educador-aluno mediada pelo objeto de conhecimento (GADOTTI, 2000).

Nessa perspectiva, há dois momentos no processo educativo. A primeira é construir conhecimento no circuito cognitivo do comportamento cognitivo; a segunda é a socialização, na qual os estudantes compreendem e desenvolvem valores, como: respeito, solidariedade, justiça social e valores universais da existência humana, resolvendo problemas cotidianos em sua vida real (STRECK, 2001).

Segundo o autor, a expectativa é que o conhecimento seja construído por estudantes e professores mediatizados pela comunicação. Essa prática educativa facilita

a realização de sonhos, utopias, esperanças, histórias de vida de estudantes e professores, pois os vê como sujeitos do processo histórico de ensinar e aprender.

Para tanto, isso se dá pela democratização do poder administrativo na educação, pela participação e autonomia de suas instituições, ou seja, pelo diálogo com todos da comunidade escolar, pais, educadores, estudantes, funcionários e a comunidade local em geral.

Para exercer com mais ênfase essa participação coletiva de vários grupos sociais, foi instituído o Conselho Escolar como órgão deliberativo decisório da gestão escolar, com os Conselhos Regionais de Escola (CRECEs) atuando como intermediários dos Núcleos de Ação Educativa (NAEs), por meio de representantes, que participariam da decisão de fazer contato imediato entre o órgão central e a escola (FREIRE, 2001b).

A estruturação do movimento de reorientação curricular é baseada no conhecimento vital dos estudantes por meio do processo de produção coletiva de todos os envolvidos, o saber, a escola, a comunidade e especialistas em diferentes áreas do conhecimento.

## **Crítica da modernidade e teoria pós-moderna com base nas ideias de Freire**

No pensamento de Freire (1992), essa mudança se reflete em sua ênfase nas metáforas do enredo. Em *Pedagogia da Esperança*, no conflito ideológico que foi mencionado anteriormente, e em uma teoria pós-moderna tem méritos inegáveis em questionar a verdade científica e a própria ciência moderna. No âmbito social, essa ideia aparece em discursos semelhantes sobre o fim da utopia, o fim da história e o fim da sociedade.

No movimento popular, o autor escreveu uma pedagogia que se posiciona firmemente contra o desespero de se sentir impotente diante dos acontecimentos. Comum a esses discursos é a suposição de limites ao comportamento humano, muitas vezes confundido com a adaptação.

Freire (1992, p. 81), é contra esse pano de fundo que se formula pontos de vista entre modernidade e pós-modernidade. Para ele, os princípios que impulsionam a modernidade não podem ser abandonados, principalmente, por quem nunca usufruiu de

seus benefícios. Ao mesmo tempo, os tempos exigiam outra forma, postura e leitura, que ele descrevia como pós-moderna, sendo que é preciso ser "pós-moderno progressista".

Para Dussel (1993), o conceito de transmodernidade, que não enxerga a modernidade como uma etapa e depois outra, mas um movimento para superá-la dialeticamente, combinando-lhe elementos de libertação, mas contidos em uma ética de vida que respeita o outro.

## **Alcance do conceito de exclusão social na educação**

Seu potencial como fator de condenação fica evidente na grande procissão realizada todos os anos sob os auspícios do setor progressista da Igreja Católica em nome do "Grito do Pária" e no conjunto de pessoas e grupos que compõem a sociedade. Há uma semelhança entre exclusão social e os novos movimentos sociais, cuja identidade é um importante emblema de luta. Podem ser mulheres, jovens, negros, índios, sem-terra ou sem-teto, cada um por sua vez se subdividindo em novos grupos. Na ecologia, podem existir indivíduos lutando pela sobrevivência de espécies vegetais ou animais, grupos lutando pela proteção da Amazônia, contra a ocupação predatória da terra, entre outros. Todos eles encontraram algum tipo de abrigo sob o pretexto de exclusão social (STRECK, 2001).

De maneira simples, a exclusão social pode ser definida como a restrição do acesso as condições de vida consideradas éticas e reivindicadas como universais. Cada vez mais as próprias diferenças dizem o que é valioso em termos de sua especificidade. Como alertou, isso pode levar a uma forma de relativismo que pode, em última análise, exacerbar desigualdades existentes ou criar portas, porque os princípios são necessários a que isso diz respeito como à sociedade como um todo e a todas as pessoas (PIERUCCI, 1999).

Talvez se possa argumentar que o declínio da linguagem da opressão/libertação para a exclusão/inclusão social implica uma mudança da política para a ética. Emancipação é o conceito de mobilização política da classe oprimida buscando construir outra sociedade (FREIRE, 2001b).

Para Freire (1992), o reconhecimento da diversidade como um tesouro humano é combinado com o que ele chama de ética humana universal. O que é dignidade, é

específico do contexto, mas também está relacionado à compreensão de pertencer à mesma espécie planetária. A condição de distinguir os ricos por meio de rótulos de vinhos e outros meios sofisticados está ligada ao estigma da falta de alimento nos países subdesenvolvidos. Partindo deste princípio, também ocorre o inevitável encontro entre moral e política. No entanto, isso sugere que a conquista do espaço e do poder não é, por si só, condições suficientes para a transformação social.

Talvez a maneira de Paulo Freire lidar com a questão conceitual da historicidade possa servir de exemplo ou inspiração. Em sua obra, importantes mudanças conceituais dizem respeito às mudanças sociais e respectivas interpretações. Na educação como prática livre, a ideia de transição de pessoa-objeto para pessoa-sujeito, de sociedade fechada, para sociedade aberta, de ingênua para consciência crítica, expressa a expectativa de uma mudança no processo realizado por meio de esforços vigorosos da época, onde são desenvolvidos projetos de mobilização popular.

Na obra, *Pedagogia do Oprimido* (2011), o conceito de conflito entre o oprimido e o opressor ganha destaque, rompendo com a linearidade implícita no conceito de transição. Em *Hope Pedagogy*, a metáfora do enredo anuncia uma nova era, uma nova interpretação e uma nova pedagogia.

A continuidade surge não pelo apeço a uma ou outra teoria, mas pela escuta de práticas educativas, as quais desafiam a busca de novos conceitos. O desafio da transição da consciência, da humanidade e da sociedade para "mais" continua. A luta para libertar os oprimidos não perdeu sua eficácia, mas em outro contexto sociopolítico, ambos os processos estão sendo redefinidos.

O argumento de Santos (1996), afirma que se está em um período de mudança de paradigma onde se ecoa a busca por uma linguagem que traduza a realidade. Ainda segundo Santos (1996), a utilização do binômio exclusão social/inclusão social na educação parece ser uma expressão da incerteza epistemológica a qual acompanha esses períodos de transição, haja vista que, por um lado, a variedade de sons dificulta a identificação de caminhos e direções.

Para tanto, Freire (2014), propõe uma educação crítica para a libertação, que exige algumas condições: governança democrática da assessoria de políticas públicas dedicada ao direito à educação; todos os envolvidos no processo educacional, a equipe gestora, professores, estudantes, pais e a comunidade participam efetivamente por meio de consulta à direção da Universidade; desenvolver, acompanhar e avaliar as propostas de

ensino político da escola para a construção de comunidades curriculares; um processo de construção de conhecimento que expresse características socioculturais, levando em consideração as realidades de cada escola, os estudantes e as dimensões do processo de ensino e uma educação integral dos estudantes que garanta o desenvolvimento cognitivo através da construção do conhecimento vital e da socialização, formando valores, respeito, solidariedade e justiça social. A esse respeito, conforme Cury (1975, p. 13):

A educação opera em sua unidade dialética com a totalidade, e é um processo de combinação dos desejos e necessidades das pessoas dentro do contexto objetivo de sua situação sócio-histórica. Portanto, a educação é uma atividade humana que participa da organização de toda a sociedade. Essa relação precisa ser vista como historicamente determinada pelo modo de produção dominante (no nosso caso, o capitalismo). Além disso, no modo de produção capitalista, tem uma peculiaridade que só pode ser compreendida no contexto das relações sociais decorrentes do conflito de duas classes fundamentais.

Brandão (2003, p. 3) corrobora com as palavras de Cury (1975) quando afirma que, “[...] ninguém pode fugir da educação [...]”. A educação existe em todas as atividades humanas como fenômeno social e contém a marca de uma determinada época. Em sua essência, a educação sistemática é engenharia social; é cheia de ideologia e intenção. É um fator importante na construção social, tem a responsabilidade de proteger o patrimônio cultural e, como elemento agregado, representa a aspiração de um coletivo.

## Considerações Finais

Comparando a prática docente atual com a filosofia de trabalho de Freire, é concebível que, no curso de vida da educação, os professores mais engajados com o aprendizado dos estudantes acabarão seguindo seus passos e ideias no sentido de auxiliar a defrontar todos os obstáculos estabelecidas por qualquer sistema de ensino.

Por meio da exposição das concepções e ideias de Freire, o corpo docente pode refletir sobre o próprio ensino e suas práticas didático-pedagógicas, bem como ouvir mais os estudantes, proporcionando com que eles interajam para que possam fortalecer seus

vínculos educacionais e afetivos, porque afinal existe uma relação interpessoal entre os agentes educativos, formando assim, laços afetivos mesmo estando ambos em lados opostos.

Para isso se projeta ações para facilitar o aprendizado com máxima autonomia e ter esperança. “Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde [...]. Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58).

Este artigo teve como principal objetivo analisar algumas mudanças ocorridas na prática educativa que correspondem a mudanças conceituais nos últimos 40 anos (exatamente desde a publicação da pedagogia da autonomia e do oprimido no final da década de 1960) apresentando uma concisa revisão sobre o tema da exclusão social, especialmente, em relação à política e à prática educacional, onde o mesmo vincula três eixos interpretativos denominados como consenso pedagógico, o deslizamento semântico da opressão e as críticas à modernidade e à teoria pós-moderna.

Dessa forma, a utilização do binômio exclusão social/inclusão social está associada à condenação de múltiplas desigualdades e seu caráter instrumental a políticas públicas específicas. Paradoxalmente, esses aspectos também incluem suas limitações em prever a possibilidade de transformação das sociedades excluídas. Por estas e outras razões, os métodos educacionais precisam, ou talvez necessitem, de constantes mudanças nas suas práticas pedagógicas através de relevantes ressignificações e desconstrução do cotidiano pedagógico escolar, especificamente, na educação básica.

## Referências

ANDREOLA, B. Paulo Freire do ponto de vista da interdisciplinaridade. In: STRECK, D. R. (Org.). **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CURY, C. R. J. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DUSSEL, E. D. **1492 o encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.

- FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.
- FREIRE, P. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GIROUX, H. **Escola crítica e política cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PRADO, M. L.; SCHMIDT, K. R. **Paulo Freire**: a boniteza de ensinar e aprender na saúde. Florianópolis (SC): NFR/UFSC; 2016.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2. ed. São Paulo: Cortez: 1996.
- SBIZERA, C. L. DENDASCK, C. V. Pedagogia da autonomia do oprimido. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 12, Vol. 05, pp. 96-109 Dez. de 2018.
- STRECK, D. R. **Pedagogia no encontro de tempos**: ensaios inspirados em Paulo Freire. Petrópolis: Vozes, 2001.